VII SEDRES
Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

Ana Cláudia Moser[1]
Ivo Marcos Theis[2]

Resumo: O cenário do desenvolvimento latino-americano está longe de representar um conjunto de relações homogêneas, porém é marcante a presença de características comuns que nos permitem falar em América Latina. Entre os elementos comuns estão as desigualdades socioeconômicas, presença histórica da exploração e escravização dos povos originários e povos trazidos à força e a formação de identidades nacionais construídas de cima para baixo, como a própria ideia de América Latina forjada como invenção pelos exploradores como lugar de exploração, lugar de periferia em relação ao moderno mundo ocidental. Problematizar tais características comuns passa pelo reconhecimento do papel da acumulação primitiva na formação das relações sociais e sua contribuição para a expansão do capitalismo. Para tanto, propomos refletir sobre a acumulação primitiva e o desenvolvimento, como categorias que propiciam a construção de uma análise crítica ao que entendemos como desenvolvimento regional na América Latina.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Acumulação Primitiva. América Latina.

[1] Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC), Brasil. E-mail de contato: anam@furb.br.

[2] Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC), Brasil. E-mail de contato: theis@furb.br

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

PRIMITIVE ACCUMULATION AND REGIONAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

Ana Cláudia Moser [3]
Ivo Marcos Theis [4]

ABSTRACT: The scenario of Latin American development is far from representing a set of homogeneous relationships, but the presence of common characteristics that allow us to speak of Latin America is remarkable. Among these common elements are socioeconomic inequalities, the historical presence of the exploitation and enslavement of indigenous peoples and those forcibly brought here, and the formation of national identities constructed from the top down, such as the very idea of Latin America, forged as an invention by the explorers as a place of exploitation, a place of periphery in relation to the modern Western world. Problematizing such common characteristics involves recognizing the role of primitive accumulation in the formation of social relations and its contribution to the expansion of capitalism. Therefore, we propose to reflect on primitive accumulation and development as categories that provide the construction of a critical analysis of what we understand as regional development in Latin America.

Keywords: Regional Development. Primitive Accumulation. Latin America.

1 Introdução

A produção de conhecimento sobre o desenvolvimento regional integra esse contexto de relações marcadas pelas contradições sociais. A forma como pensamos processos de desenvolvimento e explicamos as conexões multidimensionais do

[3] Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC), Brasil. E-mail de contato: anam@furb.br.

[4] Universidade Regional de Blumenau, Blumenau (SC), Brasil. E-mail de contato: theis@furb.br

desenvolvimento em diferentes escalas são influenciadas pela intensificação da expansão do capitalismo sobre os territórios. Nesse sentido, afirmamos que o desafio de compreender questões teóricas e metodológicas para pensar o desenvolvimento regional são atuais e nos permitem compreender os desafios e implicações dos diferentes modelos de desenvolvimento na vida social.

Os recursos metodológicos serão norteados pela abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, que possibilite a reflexão sobre acumulação primitiva e o desenvolvimento regional. A perspectiva dialética, por sua vez, se apresenta como ferramenta para interpretação das dinâmicas entre espaço e tempo, local e global, particularidades e universalidades. A pesquisa qualitativa também contribui para que o pesquisador elabore questões que favoreçam a interpretação das contradições ou antagonismos sociais e a identificação da estrutura social.

Os contornos do desenvolvimento regional latino-americano são marcados pelo subdesenvolvimento que toma forma na América Latina, integra o capitalismo em escala mundial e decorre da acumulação no sentido do desenvolvimento das metrópoles, baseada no sistema na exploração do trabalho não-livre e de extração de riquezas naturais. Inclusive, o fluxo de riquezas em direção às metrópoles não será interrompido com a independência política, com a fragmentação do território e formação dos Estado Nacionais.

Refletir sobre a concepção ou construção de uma ideia de América Latina e a persistência da acumulação primitiva no processo de desenvolvimento remetem ao debate sobre a ideia de nação e como essas reflexões podem auxiliar a compreender relações de poder que ocupam espaço nos caminhos do desenvolvimento latino-americano, da conformação das desigualdades sociais e na persistência de práticas

de colonialismo. Com esse objetivo em vista o presente artigo encontra-se organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte apresenta as desigualdades socioeconômicas como elemento comum e significativo de referência ao subcontinente, na segunda parte são problematizadas as heranças do passado colonial no desenvolvimento latino-americano e na terceira parte as implicações da persistência da acumulação primitiva para o desenvolvimento na América Latina.

2 América Latina e as desigualdades socioeconômicas

A construção das relações de poder que permearam esse processo mostram como se construíram os olhares sobre a América Latina. Os olhares já citados sobre o descobrimento da América pelos europeus e a dominação sobre os árabes, em 1492, marcam, na história, um ponto de referência para o estabelecimento das relações de poder que determinam a universalização da cultura europeia para o mundo.

A colonização na América não constitui um fenômeno isolado, mas integra um fenômeno maior. É importante considerar as circunstâncias pelas quais se realizam os processos de colonização, pois serão determinantes para entendermos como esse processo se constitui posteriormente.

As desigualdades socioeconômicas que marcam a América Latina são expressas pela trajetória do desenvolvimento no qual o crescimento econômico não representa o fim ou, ao menos, a manutenção da redução da pobreza. Além disso, as desigualdades foram interrompidas nos últimos anos. Um ponto importante sobre

essa questão é a concentração de renda: a América Latina apresenta a maior concentração de renda do mundo (Theis, 2022).

O capitalismo depende que a objetificação se reproduza, depende da transformação do fato em objeto, de separá-los, de colocar o fato como um algo que ganha a definição de uma propriedade, pois "o capitalismo, assim, implica uma nova definição de 'sujeito' e de 'objeto' em que o 'objeto' é separado duradoura e rigidamente do 'sujeito' (Holloway, 2003, p. 52).

Esse cenário é construído em um processo de desenvolvimento regional que apresenta crescimento econômico. O capital avança pelo território, mas socialmente excludente, o avanço do capital não significa redução das desigualdades socioeconômicas e aumento da autonomia da população em relação às suas necessidades (Theis, 2022).

A presença da heterogeneidade na América Latina não significa que a diversidade de interesses da população seja levada em consideração pelas elites política e economicamente dominantes. É observável a falta de autonomia no enfrentamento dos próprios desafios diante do exercício das forças do capital e do Estado sobre as relações socioeconômicas.

As relações sociais que hoje observamos e vivenciamos na América Latina nos mostram que persiste o seu caráter heterogêneo, seja nos aspectos físicos de sua biodiversidade, seja nos aspectos culturais dos povos que aqui já faziam morada antes da chegada dos europeus em 1492. Seguimos experienciando a heterogeneidade mesmo diante das limitações impostas a ela pelo avanço das forças produtivas (Theis, 2022).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A relação de forças se constitui desde a formação dos Estados nacionais que, na América Latina, estavam mais próximos aos interesses das elites europeias e mais distantes da população da época, composta por indígenas e afrodescendentes. No contexto do capital, os interesses dos empresários não estiveram alinhados ao fortalecimento da economia nacional, mas em conduzir o avanço do capital sobre os territórios. Por essas razões, o capital, como forma econômica, tem atuado a despeito dos interesses da população, e o Estado, como forma política, tem protegido os interesses do capital (Theis, 2022).

As reflexões sobre América Latina tiveram implicações sobre a tese da invenção. Sociólogos, como Aníbal Quijano (2005) e Immanuel Wallerstein (2007), definiram a americanidade para dar conta daquilo que a oposição entre América Latina e América Saxônica deixa escapar. A divisão entre as Américas não é necessariamente essencial àqueles que vivem nos subcontinentes, mas uma diferenciação elaborada a partir da formação do sistema-mundo moderno/colonial.

Além disso, a divisão é marcada pelas primeiras estruturas de colonialismo interno do mundo moderno/colonial. A lógica da colonialidade foi responsável por constituir e conservar hierarquias sociais que abrangem todas as esferas sociais e a aniquilação de economias que existiram antes da chegada dos colonizadores europeus (Mignolo, 2007).

A construção do sistema-mundo se deu pela expansão dos povos e países europeus pelos territórios. Essa expansão decorre de conquistas militares, exploração econômica e de injustiça social. Os líderes dessa expansão foram os que mais lucraram com isso e justificaram o lucro alegando que levavam o bem maior a todos os povos: “O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo

invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso" (Wallerstein, 2007, p. 29).

O desenvolvimento do capitalismo industrial conta com diferentes momentos de acumulação primitiva na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Entre as relações estabelecidas pelos processos de formação de um sistema colonial, do sistema de dívida pública, do moderno sistema tributário e do sistema protecionista, é importante ressaltar que o sistema colonial apresenta formas brutais de violência. Em comum entre os sistemas, está a presença do Estado e o uso da violência na transição do feudalismo para o capitalismo. Nas plantações destinadas somente à exportação, o tratamento era ainda mais cruel, como no caso do México (Marx, 2017).

Aqui encontramos a relevância e a necessidade, para a sociedade capitalista, da separação entre o político e o econômico. Essa separação é essencial para a existência e reprodução do capitalismo: "se a dominação é sempre um processo de roubo à mão armada, o peculiar do capitalismo é que a pessoa que tem as armas está separada daquela que comete o roubo e apenas superviosiona para que o roubo se realize conforme a lei" (Holloway, 2003, p. 55).

O transformar do poder-fazer em poder-sobre sempre passou pela ruptura do fluxo do fazer, o que acontece no capitalismo a partir de outras experiências, no qual essa ruptura se tornou a base da sociedade. Então, é a propriedade do fato que rompe com o fluxo do fazer, permitindo, como essência das relações sociais, o direito de comandar de alguns sobre o fazer dos outros. Ou seja, "a ruptura do fluxo social do fazer é a ruptura de tudo" (Holloway, 2003, p. 55).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

As mudanças sociais decorrentes do processo de emancipação política dos países latino-americanos marcam uma etapa importante para a constituição das relações sociais, políticas e econômicas. Esse momento é marcado pelas consequências dos três séculos de colonização e a configuração de elementos e instituições essenciais da constituição da nacionalidade.

Os processos de independência política na América Latina foram marcados pela ausência do fundamento social que havia na Europa e do desenvolvimento das forças produtivas e da democracia econômica da América do Norte. Com essas condições, se formaram governos centralizados que aceleraram o progresso econômico e social nos novos Estados da América Latina. Nesse cenário social, político e econômico, não se reproduziu a revolução burguesa como experienciada em outras nações. A América Latina já contava com uma estrutura social estabelecida sobre a escravidão e a desigualdade social, formando um forte argumento para as lutas pela independência que se mesclavam na luta de classes e raças (Ramos, 2012).

No decorrer dos processos de independência, das diversas lutas e articulações políticas que levaram a conformação da América Latina, como conhecemos hoje, a influência do desenvolvimento capitalista mundial foi determinante. As forças produtivas do capital se expandiram de forma significativa na Europa. Nas regiões coloniais e semicoloniais, a prosperidade econômica foi realizada pelo setor agrário exportador (Ramos, 2012).

O estabelecimento do sistema colonial favoreceu o comércio e a navegação, permitindo ampliar, de forma significativa, a acumulação de capital. Em direção às manufaturas que se consolidavam, se formava, desde a colônia, um mercado de escoamento, e se formava um potencial de acumulação por meio do monopólio de

mercado: "os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital" (Marx, 2017, p. 823).

Desde a construção da ideia de América Latina, as desigualdades estiveram presentes como elemento em comum de referência para o território. Mesmo quando o desenvolvimento se materializou em crescimento econômico, as desigualdades seguiram presentes na dimensão interna, com a concentração de riqueza em regiões específicas do território latino-americano, e, na dimensão externa, com a relação entre centro e periferia.

3 Heranças do passado colonial

Mesmo após os processos de independência política e desagregação do antigo sistema colonial a dominação externa seguiu como determinante nas relações econômicas, mas também muito significativa nas relações políticas e sociais. Essa relação manteve-se assim porque os novos controles seguiam o padrão anterior, a economia seguia com as mesmas relações, apoiada pelos produtores rurais, que formavam a classe exportadora, combinadas aos atores do comércio e da área urbana. Transformar a estrutura econômica vigente pareceu tão complexo e difícil que as elites acabaram optando por um papel secundário e dependente, o que se tornou um caminho ainda mais atraente, quando consideramos as vantagens de aproveitar as estruturas econômicas construídas no antigo sistema colonial (Fernandes, 1981).

Quando o regime colonial está em seu estágio final, a ação colonizadora esgota suas possibilidades. No passado, se constituíram processos importantes para

a formação da nacionalidade, como a ocupação territorial, a constituição de novas formas de vida social, diferentes tanto daquelas que aqui existiam com os indígenas, como dos próprios portugueses colonizadores (Prado Jr., 1985).

O que se criou aqui foi algo novo, que

> [...] não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa "atitude" mental coletiva particular (Prado Jr, 1985, p. 06).

Impulsionadas pela revolução industrial, as mudanças no capitalismo, experienciadas nos países europeus e no Estados Unidos, produziram impactos nas economias latino-americanas. Economia, sociedade e cultura foram influenciadas de forma significativa, tanto por forças indiretas do mercado mundial, quanto pela incorporação de fases do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural. Nesse arranjo, "a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma reação histórica na América Latina" (Fernandes, 1981, p. 16).

A manutenção e reprodução das estruturas do antigo sistema colonial, somadas às características da manutenção da dependência, mesmo diante das independências políticas e da modernização, gerou impactos evidentemente negativos. Dois deles podem ser destacados: (i) a manutenção das estruturas econômicas da relação exportação-importação, da produção de matérias-primas e de

bens primários; assim como (ii) o fracasso do modelo de desenvolvimento adotado pela burguesia das nações europeias, visto que, no colonialismo, ou no neocolonialismo, a integração das economias dependentes não recebeu atenção da burguesia, uma vez que o foco estava na extração do excedente econômico (Fernandes, 1981).

Elementos do passado colonial persistem na sociedade contemporânea, como é possível verificar no caso brasileiro. Exemplos dessa permanência estão no campo econômico, no trabalho livre, que não se consolida plenamente em todo o país, no caráter central da economia na produção extensiva para o mercado exterior e na falta de um mercado interno amplo e organizado. Nesse contexto, é possível afirmar que a economia não passou de colonial para nacional. No âmbito social, o fenômeno se repete, com exceção de determinados setores, uma vez que as relações coloniais foram preservadas, especialmente as de classe. As disparidades se conformam tanto em termos materiais, quanto em termos morais (Prado Jr, 1985).

No caso das colônias, o cenário de expansão do capitalismo era outro, diferente do processo dos países desenvolvidos. O capitalismo entrava em conflito, por toda a parte, com o produtor que possuía suas próprias condições de trabalho e de enriquecer a si mesmo, em vez de beneficiar o capitalista. Como o capitalista recebeu o amparo da metrópole, ele procura eliminar os obstáculos do produtor com condições próprias. Assim, nas colônias, o uso de mão de obra não livre e, posteriormente, as estratégias para artificializar os preços da terra e tornar os trabalhadores dependentes por mais tempo foram recursos para promover a acumulação do capital em grupos sociais que não se encontravam na mesma relação de expropriação do trabalhador por meio do contrato social (Marx, 2017).

Posteriormente, o imperialismo configurou, na América Latina, um sistema moderno de comércio, comunicações, transporte e urbanização somente nos limites técnicos, para garantir a exportação de algodão, café, petróleo e outros produtos em direção às metrópoles no mercado mundial. Porém, nenhuma dessas modernizações significou o desenvolvimento de um capitalismo nacional pensado como a universalização do salário, a criação de um mercado interno interrelacionado, a formação de um capital nacional reprodutivo, um equilíbrio geográfico das linhas de transporte, uma circulação mercantil completa e uma redução na dependência do mercado externo (Ramos, 2012).

No fim do séc. XX, a expansão de grandes corporações representou, na América Latina, a face do capitalismo corporativo ou monopolista. O controle externo segue a tendência do antigo sistema colonial, somado a um tipo de imperialismo tão abrangente que a dominação externa atinge todas as esferas da sociedade. Nesse contexto social, até os países considerados mais avançados no subcontinente latino-americano não possuem características essenciais para acompanhar o acelerado ritmo do crescimento econômico, cultural e social de forma autônoma (Fernandes, 1981).

No caso do capitalismo industrial, o domínio industrial determina o domínio comercial, mas, no período manufatureiro, era o oposto: o domínio comercial impulsionou o domínio industrial. Assim, o sistema colonial desempenhou um papel essencial:

> Ele era o 'Deus estranho' que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra em um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como

finalidade última e única da humanidade (Marx, 2017, p.824).

Quando o desenvolvimento capitalista europeu incorpora a América Latina ao seu sistema industrial metropolitano, o faz como uma província agrícola e mineradora. Esse modelo serviu para criar a ilusão de uma possível sociedade rica e evoluída, aos moldes europeus dessas ideias. Porém, essa transição não poderia acontecer, pois a riqueza e a evolução da Europa dependiam da exploração das nações latino-americanas, salvo um restrito grupo das elites em cada Estado da América Latina. Às custas dos altos preços dos produtos exportados, esse grupo vivia um estilo similar ao das metrópoles europeias, lugares que visitava com frequência, trazendo as novidades, as tendências, as últimas modas para a América (Ramos, 2012).

Para ilustrar a heterogeneidade do Estado e dos caminhos de desenvolvimento latino-americanos no cenário do sistema mundo, podemos pensar nos casos de Argentina, Chile, México e Brasil, entre a diversidade dos países latino-americanos, aqueles que, nas palavras de Arrighi (1997, p. 137), "parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a "maturidade" e o "atraso", como diriam os teóricos da modernização, ou entre o "centro" e a "periferia", como diriam os teóricos da dependência". Esses países, assim como outros ao redor mundo, no decorrer do séc. XX, vivenciaram processos ligados a mudanças sociais e econômicas, combinadas a tensões políticas.

A apropriação de terras ricas em recursos naturais se converteu em um dos principais objetivos da acumulação de capital. Nesse contexto, a ideia de América Latina é de uma região que compreende uma enorme superfície rica em recursos naturais e mão de obra barata. Na narrativa elaborada a partir do posicionamento do

FMI, do Banco Mundial e do Consenso de Washington, a América Latina é uma região esperando para se desenvolver (Mignolo, 2007).

Assim como em outros tempos, mais uma vez, as mudanças não acontecem internamente, mas são realizadas de fora para dentro por meio da incorporação de tecnologias e de instituições, de capital externo e de controle financeiro. Além disso, nesse emaranhado de relações, faltam condições para a burguesia nacional superar o subdesenvolvimento e suas consequências. A burguesia nacional segue pela mesma lógica externa de exploração do subdesenvolvimento em benefício próprio (Fernandes, 1981).

A América Latina está longe de representar um conjunto de relações homogêneas, visto que é formada por uma variedade significativa de representações étnicas, culturais, linguísticas, sociais, políticas, econômicas e ambientais. Reconhecer esse contexto diverso e a presença de características comuns nos permitem falar de América Latina. Entre os elementos comuns se destacam as desigualdades socioeconômicas, a presença histórica da exploração e escravização dos povos originários e de povos trazidos à força, e a formação de identidades nacionais construídas de cima para baixo, como a própria ideia de América Latina forjada pelos exploradores como lugar inferior, lugar de exploração, lugar de periferia em relação ao moderno mundo ocidental.

4 A persistência da acumulação primitiva

As desigualdades não são algo a parte do capitalismo, são, na verdade, constituintes dele. Sem a conformação das desigualdades, as relações capitalistas não se estabeleceriam da forma como conhecemos. Essas desigualdades têm

implicações diretas sobre a vida das pessoas, incluindo as relações de trabalho típicas do capitalismo.

Como a igualização do espaço global promove a tendência universal do trabalho assalariado, a diferenciação geográfica nessa escala leva em conta o valor da força de trabalho. Esse processo tem origem na acumulação primitiva, o que não significa que exista uma espécie de transferência automática das desigualdades presentes no passado e representadas em níveis e padrões de desenvolvimento para o presente. O que ocorre é uma contradição no processo de acumulação que determinou a escala global (Smith, 1988).

O capital não tem alternativa que não seja se expandir nas sociedades pré-capitalistas, ainda que possa destinar como se desenrola essa expansão. Os capitais desenvolvidos e centralizados buscam não somente os elementos físicos de produção, os valores de uso, mas buscam versões mais baratas, especialmente de matérias-primas e força de trabalho (Smith, 1988).

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina é marcado por essas características definidas pelo capital. As relações com os elementos de produção, sejam as matérias-primas, sejam as pessoas com sua força de trabalho, são mobilizadas para atender as demandas de expansão do capital dos países desenvolvidos, como elementos baratos para a produção e como mercado consumidor, criando um cenário de contradição e de exploração na construção das relações sociais.

No decorrer da história, o capital demonstrou mais possibilidades de acumulação em relação as de consumo. Assim, a diferenciação geográfica em escala global, a partir do valor da força de trabalho, se repete em características fixas, como

a divisão internacional do trabalho e a diferenciação em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

As contradições entre os meios de produção e as condições de acumulação presentes nos países subdesenvolvidos representam a permanência de formas de acumulação primitiva que comprometem a possibilidade do desenvolvimento econômico se expandir, nos moldes dos países, e de se converter em desenvolvimento social e melhora nas condições de vida. Para que o desenvolvimento econômico dos países centrais mantenha as relações contraditórias nos países subdesenvolvidos, é preciso conservá-los na condição atual.

Na América Latina, o processo não se deu independente ou isolado do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Podemos questionar se as independências políticas seriam movimentos para desarticular as relações econômicas e políticas de forma a transformar as relações com o centro. Ou ainda, poderíamos questionar se as razões para as desigualdades latino-americanas seriam a conjunção de fatores dessas independências. A constituição de outras relações de poder internas e externas seriam, então, aquelas oportunidades de desenvolvimento?

No contexto latino-americano, podemos resgatar o processo de independência que levou à desarticulação do sistema econômico existente até então. A estrutura colonial que possuía como eixo o controle metropolitano do comércio fez com que se formasse uma espécie de vazio a partir das independências. Esse vazio conformou a desarticulação do sistema como um todo. Embora se tenha pago um alto preço para isso, é preciso considerar que estamos tratando de um fato conjuntural, que faz parte de qualquer processo de emancipação. Por essa razão, o

processo de independência não deve ser convertido como a principal explicação para a fragilidade das economias latino-americanas (Cueva, 1985).

O capitalismo industrial europeu se desenvolveu a partir das riquezas da América Latina, frustrando o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no novo mundo. A relação interna latino-americana com a Europa no contexto do sistema mundial está firmada na distribuição desigual de funções. Sem esse arranjo, não haveria a contradição entre nações oprimidas e opressoras, tão pouco a lei do desenvolvimento desigual (Ramos, 2012).

As desigualdades socioeconômicas presentes na América Latina são resultado de diversos movimentos políticos e econômicos próprios do desenvolvimento de um capitalismo subdesenvolvido. Entre esses movimentos, está a acumulação primitiva. Não só como o ponto de partida da acumulação do capital, mas como um processo que se repete desde então, garantindo o fluxo de acumulação do capital.

A acumulação primitiva presente no capitalismo é estabelecida na separação entre trabalhadores e as condições de realização do trabalho. No desenvolvimento capitalista, essa relação não só é mantida, como é reproduzida em escala cada vez mais ampla. Nesse processo, o capital transforma os meios sociais de subsistência e produção e transforma os produtores diretos em assalariados (Marx, 2017).

A relação que decorre da separação entre trabalhadores e meios de produção não é o único elemento a considerarmos aqui. Foi necessário naturalizar essa relação. A burguesia emergente recorreu ao Estado para regular os salários. Nesse sentido, essa relação é chamada de acumulação primitiva porque sustenta o início do desenvolvimento capitalista (Marx, 2017).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A acumulação primitiva, como a forma social da constituição das relações sociais capitalistas, não esteve presente somente no período de formação do capitalismo. É a fundação sobre a qual se formaram as relações sociais capitalismo, inclusive a construção das relações que configuram a exploração do trabalho. Isso faz com que a acumulação primitiva seja uma forma permanente de reprodução da própria acumulação, uma condição e pressuposto para a existência do capital. A forma contínua de reprodução da acumulação se manifesta nas renovadas maneiras de separar novas populações de seus meios de produção e subsistência, bem como na perpetuação das relações salarias capitalistas (Bonefeld, 2001).

Parte do processo levou a sociedade contemporânea à expansão e reprodução do capital. Tal afirmação questiona uma explicação linear para as relações sociais no decorrer do tempo e demostra como seguem se conformando processos de acumulação primitiva e reprodução do capital nas sociedades atuais, apontando para a coexistência histórica e para sua presença de forma contraditória e dialética (Lencioni, 2012).

A análise da sociedade contemporânea nos mostra que, mesmo diante da generalização do trabalho assalariado e da dominação do capital sobre todas as esferas da vida, não é possível afirmar que somente há a reprodução capitalista. A sociedade na qual estamos inseridos se formou com a produção de capital não exclusiva da reprodução capitalista, havendo uma combinação da acumulação primitiva e da reprodução do capital (Lencioni, 2012).

A acumulação primitiva está representada na forma mercadoria, é a constituição das relações sociais no capitalismo enquanto relação entre coisas. O dinheiro pode parecer ser a forma ou o impulso para as relações capitalistas, mas,

para que o dinheiro se torne capital, é necessário que as condições para a produção capitalista estejam estabelecidas. Essas condições só existem quando há separação do trabalho das condições de sua produção; só assim a mercadoria e o dinheiro viram capital, porque, como apresentamos anteriormente, os trabalhadores são sujeitados a vender sua força de trabalho (Bonefeld, 2001).

Enquanto, nas relações de produção capitalista, houver relações de troca da forma mercadoria, a acumulação primitiva será a maneira pela qual se constitui a forma da mercadoria assalariada. Nessa relação, se percebe como a forma da mercadoria contradiz as noções de igualdade e liberdade. A forma mercadoria coloca totalidade nas relações sociais burguesas e, ao fazer isso, estabelece a base do processo produtivo como uma prática na qual a ação dos indivíduos é alienada (alienada da própria ação e da noção de coletividade). A separação entre capital e trabalho leva à total independência do indivíduo e à total independência das relações que aparentemente são impessoais, mas que, na realidade, estão ocultadas pela forma mercadoria (Bonefeld, 2001).

A separação das atividades humanas de suas condições de produção não é algo restrito ao processo de geração do capital, mas é o processo real de constituição da forma mercadoria. A acumulação primitiva encontrada, na forma de mercadoria, condição essencial para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas (Bonefeld, 2001). Não carrega mais o caráter de originária no sentido de pré-capitalista, mas atua simultaneamente à reprodução, permitindo a existência e sobrevivência do capitalismo. O que não muda, no entanto, são os recursos utilizados para expandir o capital. Será que superamos práticas como a escravidão, a criação de mercados de pessoas, as formas brutais de expropriar terras e a manipulação da

legislação para excluir os pobres? Mesmo diante daquilo que poderíamos chamar de evolução da sociedade, especialmente em termos técnicos, seguimos presenciando formas constantes de violência, de fraude e de roubo como estratégias para acumulação primitiva de capital (Lencioni, 2012).

Será que reside aí nossa noção de progresso? As formas de violência impostas às sociedades seguem existindo, basta observar como se lida com a biodiversidade: a biopirataria ganha contornos cada vez mais evidentes. A expropriação de bens comuns, elementos da biodiversidade, pela privatização, colocam recursos na acumulação primitiva de capital. A escravidão proibida e condenada socialmente se recria na forma de escravidão por dívida, uma forma cruel de espoliação, pois, mesmo que livre, o trabalhador é submetido, assujeitado a perder sua liberdade. O roubo de terras segue existindo com diferentes estratégias, como a prática da grilhagem presente no Brasil. Esses exemplos demonstram como a acumulação primitiva não só é presente nas sociedades contemporâneas, coexistindo com a reprodução do capital, como é essencial para a manutenção das relações sociais capitalistas, para sua expansão e para a superação das crises (Lencioni, 2012).

A colonização da América Latina está relacionada à acumulação primitiva em escala mundial. Essa acumulação ocorre por um processo no qual se verifica uma acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema ao mesmo tempo em que, de outro extremo, um processo de desacumulacão também ocorre de uma forma sem precedentes. Nesse processo, a acumulação não se estabeleceu a partir da concentração escravista ou feudal local, mas de um movimento de transição para o capitalismo desde a metrópole que barrou o desenvolvimento desse modo de

produção nas regiões colonizadas (Cueva, 1985).

Como apontado por Marx, o excedente econômico que foi produzido nessas regiões não se transformou em capital no seu interior, pois foi direcionado para o exterior, onde se converteu em capital. A partir dessa análise, é possível denominar esse período como período de desacumulação primitiva: "el período de acumulación originaria em Europa corresponde en América Latina a un período de expropriación de riquezas y 'desacumulación originaria'" (Cueva, 1985, p. 14).

De diversas maneiras, o capital estrangeiro captou significativos excedentes através das trocas desiguais no contexto das formações pré-capitalistas nas quais as classes dominantes conceberam o progresso como consumo e não como desenvolvimento da produção. Outro ponto importante é a capacidade de adaptação, quando o capital comercial parece limitado, toma espaço o setor industrial (Cueva, 1985).

O subdesenvolvimento que toma forma na América Latina integra o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e decorre da acumulação no sentido do desenvolvimento das metrópoles, baseada no sistema na exploração do trabalho não-livre e de extração de riquezas naturais. Inclusive, o fluxo de riquezas em direção às metrópoles não será interrompido com a independência política, com a fragmentação do território e formação dos Estado Nacionais. Isso se deve à formação de grupos de uma minoria branca que assumem o controle dos Estados, ao fato de que não havia interesses em comum entre os grupos dominadores e a grande maioria da população, formada por negros, índios e mestiços, pela continuidade da dominação não interrompida com a independência e pelo caráter inferior atribuído aos nativos, voltando a busca por soluções para fora.

A presença da acumulação primitiva, uma relação que, além de seguir presente, é naturalizada e constantemente reproduzida em escalas cada vez mais amplas. A acumulação primitiva, assim como na colonização, é processo essencial para compreender a América Latina, especialmente porque a colonização está relacionada à acumulação em escala mundial. A acumulação primitiva, que deu origem ao capitalismo, segue reproduzida em relações renovadas de separação da população de seus meios de produção e na reprodução das relações salariais desiguais típicas do capitalismo na sociedade contemporânea.

5 Considerações Finais

Os contornos do desenvolvimento regional latino-americano são marcados pelo subdesenvolvimento que toma forma na América Latina, integra o capitalismo em escala mundial e decorre da acumulação no sentido do desenvolvimento das metrópoles, baseada no sistema na exploração do trabalho não-livre e de extração de riquezas naturais. Inclusive, o fluxo de riquezas em direção às metrópoles não será interrompido com a independência política, com a fragmentação do território e formação dos Estado Nacionais.

Refletir sobre a concepção ou construção de uma ideia de América Latina remete ao debate sobre a ideia de nação e como essas reflexões podem auxiliar a compreender relações de poder que ocupam espaço nos caminhos do desenvolvimento latino-americano, da conformação das desigualdades sociais e na persistência de práticas de colonialismo.

A acumulação primitiva que deu origem ao capitalismo, segue reproduzida

em relações renovadas de separação da população de seus meios de produção e na reprodução das relações salariais desiguais típicas do capitalismo na sociedade contemporânea. Na América Latina se constitui um capitalismo que promete aos povos um futuro de desenvolvimento, com sociedades modernas, ricas e evoluídas, uma ilusão. Afinal das contas, a evolução das forças produtivas do capitalismo europeu dependia da exploração das recém-formadas nações latino-americanas, com exceção de restritas parcelas das elites de cada nação, a promessa de um futuro de riqueza e bem-estar não se concretizou como prometido.

Referências

ARRIGHI, Giovani. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BONEFELD, Werner. The Permanence of Primitive Accumulation: Commodity Fetishism and Social Constitution. **The Commoner**. September 2001, N. 2.

CUEVA, Augustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**: ensayo de interpretación histórica. Delegación Coyoacan: Siglo veintiuno editores, 1985.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins** [En ligne], 14, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/7424. Acesso em 18 jul 2023.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

PADRO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. Editora Brasiliense, 1985.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da nação latino-americana**. Florianópolis: Insular, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais.** v. 24, E202224pt, 2022b. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt. Acesso em 01 jul 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. The relevance of the concept of semiperiphery to the analysis of Southern Europe. In: ARRIGHI, G. (ed.) **Semiperipheral development: the politics of Southern Europe in the twentieth century**. Beverly Hills: Sage publications, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.